



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SELEÇÃO DE CONCILIADORES REMUNERADOS
Edital n.º 001/2022

**GABARITO DA PROVA OBJETIVA E PADRÃO DE RESPOSTAS DA PROVA
DISCURSIVA**

O DR. GUSTAVO RAMOS GONÇALVES, JUIZ DE DIREITO SUPERVISOR DOS JUIZADOS ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE ARAPOTI/PR, no uso de suas atribuições legais torna públicos o gabarito da prova objetiva e o padrão de respostas da prova dissertativa no processo seletivo de conciliadores.

GABARITO – PROVA OBJETIVA – CARGO DE CONCILIADOR

- 01. C
- 02. D
- 03. C
- 04. D
- 05. E
- 06. C
- 07. D
- 08. C
- 09. A
- 10. B
- 11. D
- 12. C
- 13. D
- 14. B
- 15. A
- 16. C
- 17. E
- 18. C
- 19. B
- 20. D



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PROVA DISCURSIVA – QUESTÕES TEÓRICAS
PADRÃO DE RESPOSTA**

1) Diz o art. 5º, inciso II da Constituição Federal que *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"*.

Segundo o Jurista Nelson Nery Costa, *"o princípio da legalidade é fundamental para o Estado de direito, porque contempla as duas vertentes do problema. De um lado, o Poder Público, que quer o reconhecimento de sua competência e a executoriedade de suas decisões. "Do outro lado, estão os cidadãos, que pretendem assegurar diversas garantias constitucionais para fazer frente ao arbítrio estatal."* trecho do livro *"Constituição Federal anotada e explicada/Nelson Nery Costa; prefácio de Evandro Lins e Silva. – 5.ª ed. rev., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2012."*

O princípio da legalidade também é aplicado no direito administrativo, bem como, no direito civil. Disserte, diferenciando-o.

QUESTÃO 01	
TÓPICOS QUE DEVERIAM SER ABORDADOS	PONTUAÇÃO
Discorrer, de forma sucinta, sobre a aplicação do princípio da legalidade no direito civil.	1.0
Discorrer, de forma sucinta, sobre a aplicação do princípio da legalidade do direito administrativo.	1.0
Consignar a principal diferença entre aplicação do referido princípio nas referidas esferas, consistente no fato de que <i>"no âmbito particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza"</i> .	0.5
	2.5

2) Na I Jornada de Direito Civil, realizada pelo Conselho da Justiça Federal, foi aprovado o enunciado 24, com o seguinte teor: "Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do novo Código Civil, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, independentemente de culpa". Sob esse prisma, discorra, de forma sucinta, sobre os deveres anexos ou figuras parcelares da boa-fé objetiva.



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

QUESTÃO 02	
TÓPICOS QUE DEVERIAM SER ABORDADOS	PONTUAÇÃO
Discorrer, de forma sucinta, acerca da boa-fé objetiva.	0.5
Discorrer, de forma sucinta, sobre os deveres anexos ou figuras parcelares da boa-fé objetiva, quais sejam: lealdade, transparência, informação colaboração, proibição de comportamento contraditório, <i>Supressio/Surrectio, Tu quoque</i> e o dever de mitigar as próprias perdas. Foram pontuados na integralidade os candidatos que citaram ao menos quatro dos itens acima apontados.	2.0
	2.5

3) A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – estabelece em seu artigo 6º: “São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências (...)” Disserte sobre o tema, indicando a regra adotada, momento, requisitos e se a inversão é automática.

QUESTÃO 03	
TÓPICOS QUE DEVERIAM SER ABORDADOS	PONTUAÇÃO
Discorrer, de forma sucinta, acerca da regra e dos requisitos adotados, quais sejam, distribuição dinâmica do ônus da prova, sendo conferido ao magistrado o poder de inverter o ônus da prova, se presentes a verossimilhança da alegação ou hipossuficiência do consumidor.	1.0
Discorrer, de forma sucinta, acerca do momento adequado para sua aplicação, qual seja, durante a instrução, antes da sentença para que não haja surpresa à parte e para permitir que ela se	0.5



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

desincumba, tempestivamente, do ônus que fora atribuído.	
Consignar que a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, não ocorre ope <i>legis</i> (ou seja, pela lei), mas ope <i>iudicis</i> , vale dizer, é o juiz que, de forma prudente e fundamentada decide de forma concreta sobre o pedido, ou seja NÃO é automática.	1.0
	2.5

4) Discorra sobre os mecanismos autocompositivos, com foco na análise de técnicas, posturas, condutas e procedimentos aptos a facilitar a mediação e a obter a solução conciliada dos conflitos.

QUESTÃO 04	
TÓPICOS QUE DEVERIAM SER ABORDADOS	PONTUAÇÃO
Discorrer, de forma sucinta, acerca dos principais mecanismos autocompositivos: conciliação e mediação.	1.0
Discorrer, de forma sucinta, sobre técnicas, posturas, condutas e procedimentos aptos a facilitar a mediação e a obter a solução conciliada dos conflitos.	1.5
	2.5

Arapoti/PR, 12 de agosto de 2022.

GUSTAVO RAMOS GONÇALVES
JUIZ DE DIREITO PRESIDENTE

(Assinado digitalmente)

Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/OE